

REUNIÃO DO PLENO DO FNPE (Virtual)

DATA: 07 de julho de 2023, entre 16h-18:30h (Virtual)

PRESENCAS: 110 representações, entidades e fóruns de educação; Senadora Teresa Leitão; Diretora Rosa Neide (Conab); representantes do pleno do FNPE.

PAUTAS:

- A. Exposição e debate sobre a agenda legislativa, conjuntura nacional e as políticas educacionais.**
- B. Mobilizações e ações do FNPE.**
- C. Atualizações e questões levantadas pelos representantes do FNPE.**
- D. Encaminhamentos.**

RELATOS E ENCAMINHAMENTOS

RELATOS:

1. A reunião iniciou com o Coordenador do FNPE, prof. Heleno Araújo, com informação das pautas, além de saudar participantes, dentre eles, a Professora Rosa Neide (diretora da Conab, deputada federal pelo estado de MT - 2018 -2022); em seguida, passou a palavra para a convidada, Senadora Teresa Leitão.

2. A Senadora iniciou sua fala ressaltando que em seis meses, o Brasil voltou a ser respeitado e está avançando, sob o esforço do Presidente Lula e sua orientação estratégica, que é União e Reconstrução; que estamos superando uma agenda atrasadíssima, conservadora que se articulava com entrega de patrimônio público, entrega de renda, privatizações e sofrimento; e, que estamos fazendo uma travessia, do ponto de vista das condições econômicas, em direção oposta ao esvaziamento do Estado e às agendas de desobrigação, desvinculação e desindexação, com importantes repercussões na educação. Em seguida, passou a elucidar temas que estão sendo tratados no parlamento, tais como:

- ✓ Aprovação de um novo Marco Fiscal, incluindo os avanços no Arcabouço Fiscal e na Reforma Tributária sem constrangimentos, até aqui, às políticas sociais, especialmente à educação, preservando o Fundeb; Processo de equilibrar contas conseguindo honrar compromissos e garantir recursos para investir e crescer; O novo marco fiscal, a renegociação de dívidas das famílias, que garante recursos para programas sociais como o novo Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida, e os investimentos em áreas essenciais, como na saúde e na educação. Sobre a Reforma Tributária, reforçou com a síntese: jatinhos iates e jet-ski pagando IPVA; cesta básica nacional com zero imposto; cashback para população de renda menor; simplificação para micro e pequenas empresas; fim de isenções para grandes lobbies, impostos menores para pessoas com deficiência e para absorventes; menos impostos para saúde, medicamentos, educação e transporte público. Discursou também sobre a retomada de Programas que fazem a diferença no combate às desigualdades e conciliam crescimento econômico com inclusão social: Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Mais Médicos, Brasil Sorridente e Farmácia Popular, PAA, reajuste da alimentação escolar e das bolsas. Salário mínimo e redução de preços de alimentos, combustíveis carros, isenções no Imposto de Renda (de R\$ 1.903,00 para R\$ 2.640,00, sendo ampliada até R\$ 5 mil). A retomada do Conselho e do PPA Participativo; a retomada de obras, inclusive de creches, escolas e instituições federais de ensino. Lembrou a retomada de obras em 3,5 mil escolas que estavam paradas em todo o País. A retomada de ministérios estratégicos e a retomada de recursos para Universidades e Pesquisa Científica. Falou ainda sobre a igualdade Salarial entre homens e mulheres, sancionada em julho pelo presidente Lula que passará a valer

na prática: fiscalização mais rigorosa, multas para empresas que descumprirem (10 vezes maior em relação ao salário devido, que pode ser dobrada); mais transparência e fiscalização em razão de discriminações.

- ✓ Especificamente em relação à **educação**, mencionou que estão na construção de outras agendas, que comportem a necessária expansão de direitos, incluindo aí direitos educacionais, sobretudo quando discutem o próximo Plano Nacional de Educação e que Projetos educacionais, como em toda a história, seguem em disputa no Brasil, depois de um período de golpe e trevas: público e privado - publicistas e os empresários da educação – neoconservadores e liberais-democratas.
- ✓ Reforçou e registrou o processo de rearticulação em defesa do conceito de uma escola pública gratuita, laica, de gestão pública e universal. Para isto, entende que o FNPE e o FNE (recomposto) cumprem um papel fundamental e que na Educação temos fotografias importantes de mudança de cenários e muitos desafios e pontos de atenção, quais sejam:
 - ✧ *FUNDEB PERMANENTE que foi aprovado com fortíssima mobilização de professores, estudantes, pesquisadores, a CNTE com papel importante, a UBES, a UNE, a Campanha Nacional pelo Direito a Educação, ANPED, PROIFES, enfim. Importante conquista num cenário muito adverso – com o Governo Bolsonaro trabalhando contra – e, mesmo com limites, tivemos avanços importantes. É preciso garantir as destinações destes recursos de forma justa e para a escola pública.*
 - ✧ *A garantia de internet e equipamentos para todos e todas - na escola, sobretudo em razão da experiência da pandemia. Foi aprovada uma Lei de Conectividade, importante, mas os mais de R\$ 3,5 bilhões ainda não chegaram como deveriam. É preciso trabalhar a inclusão educacional, social e digital, de forma articulada.*
 - ✧ *Segurança na Escola: conseguimos, em grande medida, a visão policialesca e persecutória do fenômeno. Com a coordenação do Governo e com o papel da sociedade, estão sendo encaminhadas medidas que envolvem diversos setores, como os da Educação, Justiça, Direitos Humanos, Cidadania, Cultura e Esporte.*
 - ✧ *Educação Integral: Chega ao Senado o Projeto de Lei 2617/23, do Poder Executivo, que trata do tempo integral. Importante fomentar, ampliar escolas, tempo escolar (7 horas ou mais), investimentos. E é importante viabilizar a concepção de educação integral, mais oportunidades, tempos e espaços educativos, intersetorialidade.*
 - ✧ *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: destinação de recursos e esforço de coordenação para estados e municípios investirem em ações concretas de alfabetização de todas as crianças do País. Preciso aperfeiçoar esta agenda, no diálogo com as entidades e, também, reconhecer a necessidade de olhar para os milhões e milhões de jovens, adultos e idosos, que não dispõem de uma Política Estruturada e incorporada pelos sistemas de ensino.*
 - ✧ *Quanto ao debate sobre o Ensino Médio: prontamente, no início do mandato, propusemos e encaminhamos a constituição de subcomissão para avaliar e encaminhar o tema, realizando audiências com as entidades que estão no Fórum e outras.*

- ✧ *Temos aprovadas audiências públicas para debatermos valorização dos profissionais da educação e o tema dos pós-graduandos, especialmente, o tema da contribuição previdenciária.*

- ✓ Sobre a agenda parlamentar, pontuou que o debate sobre políticas de Estado passa, por óbvio, pela manutenção de avanços e por medidas legislativas que favoreçam a organização da educação nacional – Destacou alguns temas:
 - ✧ O desafio de aprovação da Lei do Sistema Nacional de Educação, cujos textos em debate não são os melhores. Está na Câmara, pronto para plenário, um bloco de proposições, sendo o PLP 216/2019, da Dep. Rosa Neide, fruto dos acúmulos do FNE democrático, uma referência importante que não está bem considerada. *Ter o SNE é muito importante para estabilizar as relações federativas, a coordenação, a pactuação, o modelo de financiamento e o encaminhamento dos programas e, por consequência, a concretização das metas do PNE.*
 - ✧ Informou que foi apresentado o PL 2556/2023 (Senadora Teresa Leitão), que estabelece diretrizes e parâmetros para a gestão democrática na educação básica pública. Por exemplo, a forma predominante de escolha de diretores das escolas públicas, segundo o Inep, consiste na indicação unilateral por parte da administração (56,3%). *Por isso, propomos o estabelecimento de diretrizes para a normatização da gestão democrática no Brasil, as quais incluem, entre outras, a democratização das relações pedagógicas e de trabalho, com respeito à pluralidade, à diversidade e aos direitos humanos; o fortalecimento das decisões colegiadas e dos processos de interação cooperativa entre os diversos segmentos da comunidade educacional; a valorização das contribuições e da capacidade associativa dos estudantes; avaliação dialógica e participativa, a autonomia das escolas, a transparência e o controle social na formulação e execução da política educacional e da proposta pedagógica. Propomos, também, o fortalecimento das instâncias colegiadas, tais como conselhos escolares e de educação e fóruns permanentes de educação. É preciso que a gestão democrática efetivamente se concretize e para isso são necessários referenciais nacionais válidos para todos os sistemas.*
 - ✧ Informou que foi elaborado outro PL (1311/2023) para estimular e fortalecer outras dimensões de qualidade (que não só desempenho e resultado, no Fundeb), mas que valorize a gestão democrática na destinação dos recursos do mais importante fundo educacional. O PL inclui, entre as condicionalidades para a complementação da União ao Fundeb, dimensões atinentes à gestão democrática, como a aprovação de leis de gestão democrática, o funcionamento regular de fóruns e conselhos, participação de profissionais da educação e conselheiros e o provimento do cargo de diretor mediante escolha uninominal.
 - ✧ Informou sobre o Auxílio Emergencial Estudantil (PL 1312/2023), destinado aos estudantes que necessitem de apoio para viabilizar as condições de mobilidade para o ingresso, as despesas básicas e a permanência inicial.
 - ✧ Tratou do tema da Responsabilidade Educacional, segundo a senadora, com vieses muito perigosos, na linha da bonificação, da punição de professores na responsabilização pelo não cumprimento de metas (quando as condições

básicas estão longe de serem dadas). O PL 88/2023 (do Senador Arns), mereceu, por proposição do mandato Teresa Leitão, a realização de várias audiências públicas, para que o Projeto não fosse aprovado. Mas há a possibilidade já nos próximos dias.

- ✧ O tema do Piso Salarial Nacional do Magistério: risco de sua flexibilização, de desmonte de critérios de reajustes justos e pactuados. É preciso deter atenção. O governo está abrindo o debate e precisamos estar muito atentos e mobilizados. O PL 1989/2023, Piso Magistério, de autoria da Senadora Dorinha está sendo tomado como uma referência pelos gestores. Tem tramitação prevista na CCJ, CAE e CE, em decisão terminativa. Mas pode ir ao Plenário, a qualquer tempo, por requerimento ou decisão do presidente Pacheco.
- ✧ O tema do *Homeschooling*, segundo a Senadora, vai e volta, na Câmara e no Senado, e por vias e projetos diferentes, inclusive. No Senado, em maio, quase foi aprovado dentro de um projeto que regulamenta as escolas comunitárias (PL 5.884/2019, Senadora Daniella Ribeiro, PP/PB). *Nos movimentamos, propusemos audiência e a construção de um grupo (que a senadora Augusta Brito, suplente do Ministro Camilo) está acompanhando.* Estão participando membros do FNE, da CNTE, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Há, também, o PL 3179/2012 sobre o tema, que passou na Câmara e está no Senado com a relatoria designada para a Senadora Dorinha (que também relatou na Câmara).
- ✧ Há sempre a sombra do Escola sem Partido/Fantasma da Doutrinação propondo a precedência dos valores familiares e religiosos sobre a educação escolar e o papel amplo que tem a escola. O projeto que carrega é Projeto 7180/2014, e a esse projeto se somam mais de 20 projetos com natureza similar. Esse projeto, esse conjunto trata da obstrução de temas socialmente relevantes no currículo, nos materiais didáticos, nos projetos político pedagógicos da escola, na formação, na condução das aulas.
- ✧ Há um conjunto de proposições que ameaçam o PNAE: tornam o PNAE vulnerável aos múltiplos interesses de grandes produtores, da indústria de alimentos e das grandes redes de supermercados, ferindo frontalmente a garantia da alimentação adequada e saudável. Por exemplo, o PL 3.292/2020, de autoria do deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO) cria reserva de mercado para a compra de leite fluido na alimentação escolar e retira a prioridade da aquisição de alimentos de povos indígenas e comunidades quilombolas e assentados (as) da reforma agrária. Mais de dez outros projetos tem orientações similares... obriga oferta de carne suína, obriga feijão e arroz diários etc, sem observar autonomia, valores nutricionais, diversidades, enfim, *há outras proposições que precisam ser miradas e que o Fórum pode se debruçar, para fazer avançar ou para barrar, claro.*

3. Após a fala da Senadora e alguns comentários pontuais dos participantes, Walisson Araujo, secretário executivo do FNPE, expôs o **calendário de mobilizações e ações** produzido pela Coordenação Executiva do FNPE, a serem executadas pelo FNPE que seguem a seguir:

PROPOSTA DE MOBILIZAÇÕES E AÇÕES PARA O FNPE:

1. Pelo FUNDEB fora do Arcabouço Fiscal.
2. Pela revogação da Lei n. 13.415/2017 (Ensino Médio).

3. Levantar os Projetos de Leis que tramitam no Congresso Nacional, listando os que devemos trabalhar para aprovação e os que devemos trabalhar para não aprovação.
4. Realizar diálogos no FNPE para aprofundar temas educacionais e os que interferem na educação pública: Sistema Nacional de Educação (SNE), piso salarial profissional, gestão democrática, organização dos fóruns de educação, responsabilidade educacional, bolsas e auxílio estudantil, Fundeb e condicionalidades, PNAE, ensino médio e educação integral, entre outros temas.
5. **09 de Agosto:** Realizar Ato Nacional em Brasília, no MEC e na Câmara de Deputados/as pela revogação do NEM e em defesa das políticas que defendemos para a educação pública.
6. **07 de setembro:** Denunciar a exclusão do direito à educação no Grito dos/as Excluídos/as e nos desfiles cívicos escolares.
7. **19 de setembro:** Estimular ações diversas sobre a importância de Paulo Freire nas escolas, na comunidade escolar e local e nos sistemas de ensino.
8. **05 de outubro:** DIA MUNDIAL DO/A DOCENTE, realizar Ato Municipal e Nacional, em Brasília, pelo Direito à Educação e a Valorização dos/as Profissionais da Educação.
9. **28 e 29 de outubro:** Organizar, mobilizar e participar da Etapa Municipal da CONAEE-2024. Ser delegado/a a etapa estadual.
10. **19 de novembro:** Organizar, mobilizar e participar da Etapa Estadual/Distrital da CONAEE-2024. Ser delegado/a para etapa nacional.
11. **Dia 20 de novembro:** A Educação no Combate ao Racismo!
12. **Dia 10 de dezembro:** A Educação como um Direito Humano!
13. **28 a 30 de janeiro de 2024:** Participar e promover a visibilidade do FNPE na Etapa Nacional da CONAEE-2024, dias, em Brasília/DF.
14. **24 de abril de 2024:** Iniciar a organização e estrutura para realizar uma MARCHA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, em Brasília/DF, no dia.

ENCAMINHAMENTOS

1. Deverá ser produzida nota pública do FNPE em apoio aos servidores do MEC, a ser redigida pelo secretário executivo Walisson Araujo e o professor Luiz Dourado, membro do pleno do FNPE;
2. Agosto, gerar card de lançamento e mobilização pelo ato nacional em defesa da educação pública (material aberto para incluírem os logos das entidades), que estarão disponíveis no portal.
3. Inserir agenda no portal fnpe.com.br para conhecimento.
4. Aprovado calendário, publicizar e distribuir.

PLENO DO FNPE

***Contribua com o FNPE. Qualquer contribuição é bem-vinda:** Banco do Brasil - Agência 3413-4 – Conta Corrente: 404.167-4 CNPJ: 00.579.136/0001-06 Pix: 00.579.136/0001-06.

Contatos com o FNPE:

E-mail: conape@fnpe.com.br e se.fnpe@gmail.com

WhatsApp: 61 99197-0582

Facebook: @fnpebrasil

Portal: <https://fnpe.com.br/>

